

MEDIDAS DE RESPOSTA À COVID-19: RECOMENDAÇÕES AOS MINISTROS FINANCEIROS DO G20 SOBRE UMA RECUPERAÇÃO JUSTA CENTRADA NO CLIMA

A Anistia Internacional pede aos Ministros Financeiros do G20 que demonstrem liderança global, adotando planos ousados em sua reunião de 18-19 de julho de 2020 para uma recuperação justa da pandemia de Covid-19 tendo o clima ao centro. Precisamos construir um futuro melhor para todos.

UMA “RECUPERAÇÃO JUSTA” CENTRADA NAS PESSOAS E NO CLIMA

A COVID-19 não afastou a emergência climática. Os países do G20 são responsáveis por quase 80% das emissões de gases estufa.¹ Embora algumas das medidas adotadas para limitar seu crescimento tenham reduzido temporariamente as emissões de gases estufa, essas reduções são apenas temporárias e não melhoraram a capacidade dos países de limitar a elevação das temperaturas globais médias em 1,5°C.² As respostas à pandemia correm o risco de exacerbar a crise climática se elas reverterem proteções ambientais, adiarem ações climáticas indevidamente ou entrincheirarem a dependência de combustíveis fósseis. Precisamos repensar nossa relação com o meio ambiente, afastando-nos de um modelo exclusivamente explorador, e promover e implementar o direito a um meio ambiente seguro, limpo, salubre e sustentável, como meio de garantir que os humanos prosperem como parte da natureza.

As decisões que tomarmos agora terão implicações enormes para nosso futuro. O tempo de que dispomos para enfrentar a crise climática já está se esgotando. Portanto, as respostas dadas para administrar as consequências econômicas da pandemia precisam limitar o aquecimento global, e não agravá-lo. Dadas as dimensões de suas economias e sua contribuição para a crise climática, os países do G20 precisam liderar na adoção de pacotes de estímulo e medidas de recuperação que facilitem a transição para uma economia de carbono zero e uma sociedade resiliente. Ao mesmo tempo, eles precisam proporcionar um padrão de vida adequado para todos, incluindo as pessoas de renda mais baixa, as que trabalham no setor informal e outras que podem correr mais riscos e ser mais afetadas tanto pela crise de COVID-19 quanto pela transição para descarbonizar a economia.

Os combustíveis fósseis e todas as práticas comerciais insustentáveis precisam tornar-se relíquias do passado. O G20 precisa liderar, ampliando seu compromisso em acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis ineficientes de modo a incluir todos os subsídios a combustíveis fósseis, sem exceção, taxando os lucros de empresas energéticas derivados de combustíveis fósseis e aumentando os investimentos em energia renovável consistente com os direitos humanos, por meio de medidas fiscais direcionadas, incluindo subsídios. A falha dos países do G20 em adotar todas as medidas viáveis que estão ao seu alcance para reduzir as emissões no menor prazo possível está colocando em risco a vida e os direitos humanos de bilhões de pessoas e pode violar as obrigações de direitos humanos desses países.³

¹ PNUMA, Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2019, <https://www.unenvironment.org/resources/emissions-gap-report-2019>

² Níveis atmosféricos de Co2 sobem fortemente apesar dos lockdowns da Covid-19, The Guardian, 4 de junho de 2020, <https://www.theguardian.com/environment/2020/jun/04/atmospheric-co2-levels-rise-sharply-despite-covid-19-lockdowns>

³ Comitê da ONU de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, *Committee releases statement on climate change and the Covenant (Comitê divulga comunicado sobre a mudança climática e o Pacto)*, 8 de outubro de 2018, <https://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23691&LangID=E>

RECOMENDAÇÕES AOS MINISTROS FINANCEIROS DO G20

A Anistia Internacional faz as seguintes recomendações aos países membros do G20 e àqueles convidados para o processo de 2020 ao desenvolverem os Planos de Ação do G20 contra a COVID-19 e pacotes de recuperação e estímulo econômico ao nível nacional:

COLOCAR AS PESSOAS E O CLIMA AO CENTRO DAS MEDIDAS DE ESTÍMULO ECONÔMICO PARA UMA RECUPERAÇÃO JUSTA

Em conformidade com o compromisso do G20 em apoiar uma recuperação ambientalmente segura e inclusiva, coerente com a Agenda 2030⁴:

- Assegurar que quaisquer pacotes de estímulo ao setor formal ou informal, incluindo os que cobrem as corporações privadas, incluam a exigência de priorizar o apoio aos trabalhadores, não o lucro corporativo
 - Qualquer assistência a empresas energéticas produtoras de combustíveis fósseis deve ser direcionada aos trabalhadores, à proteção de seus direitos e à manutenção dos serviços atuais, e não a exploração e desenvolvimento novos;
 - Condicionar qualquer assistência desse tipo a compromissos com prazos definidos para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, em conformidade com as opiniões científicas mais recentes;
 - Direcionar qualquer assistência a companhias de aviação à proteção dos meios de subsistência de seus trabalhadores e condicioná-la a compromissos com prazo definido para reduzir as emissões em termos absolutos sem recorrer a compensações de carbono, incluindo pela redução do número de voos dentro de um período definido;
- Investir em setores que apoiem uma transição justa a uma economia de carbono zero e uma sociedade resiliente, criando empregos e oportunidades verdes e decentes:
 - Ajudar trabalhadores e comunidades dependentes da indústria de combustíveis fósseis e outros setores afetados pela transição a acessar empregos e oportunidades verdes e decentes;
 - Assegurar que as mulheres, as mais marginalizadas e mais impactadas pela crise climática, tenham acesso igual a empregos e oportunidades nos setores emergentes de carbono zero.
- Pôr fim ao uso de todos os combustíveis fósseis, tomar medidas para reduzir a demanda energética e para fazer a transição para energia renovável, consistente com os direitos humanos, no menor prazo possível.
 - Abster-se de socorrer incondicionalmente as empresas energéticas de combustíveis fósseis e as de aviação que reforçam a dependência dos combustíveis fósseis;
 - Acabar com todos os subsídios aos combustíveis fósseis (não apenas aos ineficientes), no menor prazo possível e bem antes de 2025;
 - Adotar legislação determinando que todos os produtores energéticos em sua jurisdição eliminem todos os combustíveis fósseis no menor prazo possível e no prazo máximo de até 2050 (com a eliminação imediata dos combustíveis fósseis mais sujos, em especial o carvão, turfa, fraturamento hidráulico e areias betuminosas);
 - Proibir por lei e na prática os investimentos adicionais para ampliar a exploração, extração e produção de combustíveis fósseis, incluindo o desenvolvimento de nova infraestrutura;
 - Parar de financiar projetos de combustíveis fósseis em outros países;
 - Cobrar impostos sobre os lucros das empresas energéticas derivados de combustíveis fósseis, em lugar de taxar os consumidores;
 - Oferecer subsídios ao desenvolvimento de fontes de energia renovável que respeitem os direitos humanos ao longo de toda a cadeia de abastecimento;
 - Adotar e implementar leis que obriguem as empresas a respeitar os direitos humanos. Conduzir diligência devida de direitos humanos e ambiental sobre suas operações globais, suas cadeias de valor e seus relacionamentos comerciais e estabelecer responsabilidade civil e criminal por danos;
- Assegurar transparência em relação aos planos de recuperação e facilitar a participação diversa e pública em moldar e influenciar a recuperação e a transição para uma economia de carbono zero, prestando atenção especial às necessidades e vozes dos mais marginalizados, os mais impactados pelos efeitos da pandemia e da crise climática;
- Reconhecer explícita e publicamente o papel importante exercido pelas defensoras e os defensores dos direitos humanos na

⁴ Plano de Ação do G20 – Apoiar a Economia Global ao longo da Pandemia de COVID-19, 15 de abril de 2020, [https://g20.org/en/media/Documents/G20_FMCBG_Communicu%C3%A9_EN%20\(2\).pdf](https://g20.org/en/media/Documents/G20_FMCBG_Communicu%C3%A9_EN%20(2).pdf)

resposta à pandemia, incluindo com o monitoramento das respostas governamentais em relação ao clima, e garantir que elas e eles sejam protegidos contra ataques físicos e verbais e capacitados para realizar seu trabalho importante.

- Aumentar a cooperação e assistência internacional. Apoiar a transição de países em desenvolvimento para economias de carbono zero com a rapidez que precisamos, ao mesmo tempo protegendo as pessoas afetadas pelos impactos climáticos.
- Reconhecer o direito a um meio ambiente seguro, limpo, salubre e sustentável ao nível nacional e também nas declarações e nos planos relevantes do G20;
 - Apoiar o reconhecimento global pela ONU do direito a um meio ambiente seguro, limpo, salubre e sustentável.

A COVID-19 é uma crise não apenas de saúde e econômica, mas também de direitos humanos. Ela também nos mostrou que os governos são capazes de adotar ações urgentes, rápidas, decisivas e multissetoriais na resposta emergencial que protegem os direitos econômicos, sociais e culturais. Esta é uma oportunidade para o G20 demonstrar liderança global quando passamos da emergência para a recuperação, para criar uma “nova normalidade” que também faça frente à crise climática.